



**A COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA CHINA-IRÃ NO SETOR ENERGÉTICO
FRENTE À HEGEMONIA NORTE-AMERICANA**

**THE CHINA-IRAN STRATEGIC COOPERATION IN THE ENERGY SECTOR
FACING NORTH-AMERICAN HEGEMONY**

DOI: 10.29327/252935.14.1-9

Isabella Barbosa Loiola¹

Alexandre César Cunha Leite²

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Universidade Estadual da Paraíba

João Pessoa – Paraíba – Brasil

Samuel Spellmann³

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Belo Horizonte – Minas Gerais - Brasil

Resumo: Este artigo aborda o relacionamento econômico entre Estados Unidos (EUA), China e Irã na perspectiva da segurança energética. Os pontos focais são as relações Irã-EUA e Irã-China. O objetivo é mapear e analisar os eventos que levaram o Irã a romper relações com os EUA e, posteriormente, estreitar laços econômicos e políticos com a China. Analisar este cenário permite compreender a conjuntura que favoreceu a aproximação entre China e Irã e identificar quais os principais setores econômicos envolvidos na nascente cooperação sino-iraniana. A metodologia empregada é, em linhas gerais, exploratória, fundamentada em fontes documentais e bibliográficas.

Palavras-chave: Irã. Estados Unidos. China. Geopolítica. Segurança Energética.

Abstract: This article examines the economic relationship between the United States, China, and Iran from the perspective of energy security. The focal points of discussion are the relations between Iran and the United States, as well as Iran and China. Analysing this

¹ isabellabloiola5@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-2506-4763>

² alexceleite@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0209-2717>

³ samuelspellmann@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0898-779X>

scenario enables understanding the conjuncture, which facilitated the rapprochement between China and Iran, and identifying the main economic sectors involved in the burgeoning Sino-Iranian cooperation. The methodology employed is, in general terms, exploratory, based on documentary and bibliographic sources.

Key-words: Iran. United States. China. Geopolitics. Energy Security.

Recebido: 04/03/2023

Aprovado: 18/04/2023

Introdução

Localizada no sudoeste da Ásia, a República Islâmica do Irã é geolocalizada na literatura como ponto de convergência entre os continentes africano, europeu e asiático. Desde a geopolítica clássica em Mackinder (1904) até Kaplan (2013) denota-se a conjuntura de poder nessa região com significativa influência das grandes nações globais. Um exemplo é a participação iraniana no “Grande Jogo” do século XIX entre Reino Unido e Império Russo (Mackinder, 1904). Esta realidade é transposta para o século XXI no atual relacionamento entre China e Estados Unidos (Kaplan, 2013).

O período posterior à Segunda Guerra Mundial (doravante pós-guerra) foi marcado pela intensificação da procura por recursos energéticos (Yergin, 2014). A corrida por locais para extração de recursos energéticos transformou diversas partes do globo em espaços geográficos relevantes para as potências globais.

Dentre os Estados mais ativos na busca por recursos energéticos, destaque deve ser atribuído aos Estados Unidos da América (EUA) por ser, no pós-guerra, o principal demandante global de petróleo. Essa situação indicava que os EUA eram dependentes das reservas energéticas dos países do Oriente Médio, dentre eles, o Irã. Para garantir a sua oferta, foram realizadas interferências em série no território iraniano, culminando na Revolução Iraniana e no rompimento das relações entre os Estados Unidos e o Irã em 1979 (Shichor, 2018).

No período compreendido entre o final da década de 1970 e início da década de 1990, a China iniciava seu processo de abertura para o mercado internacional sob o comando de Deng Xiaoping (Leite, 2011). A partir da década de 1980, a China passou a registrar um crescimento econômico maior do que média global, aumentando cada vez mais sua demanda por fontes de energia e, já nos anos 1990, passou a ser importadora de petróleo (Corrêa,

2015). O intervalo entre os anos 1970 e 1990 demarca o estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e os países do Oriente Médio.

O crescimento econômico da China registrado nas três últimas décadas tem como consequência o aumento da demanda do país por fontes energéticas. Como identificam Pautasso e Oliveira (2008), o Irã surge como um parceiro econômico da China devido à vasta oferta energética (Liu & Wu, 2010, Hong, 2014). O Irã possui a terceira maior reserva de petróleo do mundo e a segunda maior de gás natural do mundo, atrás apenas da Rússia em reservas de gás natural. Isso representa cerca de 25% das reservas do Oriente Médio e 12% das mundiais (OPEC, 2021).

Gradualmente, o Irã foi-se tornando um dos principais parceiros no fornecimento de petróleo bruto para a China. Atualmente, o Irã tem a China como principal destino de suas exportações de petróleo bruto, representando 51% do total consumido (Energy Information Administration, 2021). Ademais, o país demanda investimento na infraestrutura em sua cadeia produtiva de petróleo, desde a captação até o envio para a China.

A relação simbiótica daí proveniente coloca o Irã como significativo exportador de petróleo cru para a China, que em contrapartida, e visando o estreitamento das relações econômicas, torna-se um investidor junto ao governo iraniano na realização de melhorias estruturais na extração e transporte do petróleo (Hong, 2014).

Esse artigo visa contribuir no entendimento do cenário político e econômico que propiciou o desenvolvimento e fortalecimento das relações econômicas, diplomáticas e políticas entre China e Irã. A República Islâmica do Irã é um país que apresenta relevância regional, seja por sua localização, por figurar como a principal economia do Oriente Médio, por ser uma relevante força militar ou por sua grande disponibilidade energética. Assim, é fundamental compreender as dinâmicas de poder e os papéis exercidos pelos EUA e pela China no Oriente Médio e, sobretudo, nas relações estabelecidas com o Irã.

Para além do mapeamento e da descrição dos eventos que levaram o Irã a romper relações com os EUA e, posteriormente, estreitar laços econômicos e políticos com a China, atribui-se causalidade à aproximação e fortalecimento das relações China-Irã ao afastamento e à aplicação de sanções estadunidense em suas relações com o Irã. Faz-se um mapeamento dos eventos que possibilita compreender a conjuntura que favoreceu a aproximação entre a China

e o Irã e, identificar quais os principais setores econômicos envolvidos na nascente cooperação sino-iraniana.

O artigo se fundamenta, na sua parte inicial, no estudo bibliográfico e documental. Com foco exploratório, parte-se da literatura e dos documentos, para alcançar o mapeamento dos eventos históricos que marcam a presença e intervenção estadunidense no território iraniano que resultaram no rompimento de relações das duas nações.

Na sequência desses acontecimentos, e, em alguns momentos sobrepostos, observa-se o crescimento da presença chinesa na região. Argumenta-se que os acontecimentos que marcam o rompimento entre EUA e Irã, favoreceram à China para construir relações diplomáticas, comerciais e políticas com o Irã.

Trata-se, como é possível observar, de análise qualitativa, com o emprego de informações quantitativas descritivas, associando os fatos históricos e os dados relativos ao crescimento da presença e participação chinesa, estabelecendo, solidificando e expandindo relações de interdependência entre os chineses e os iranianos. Observou-se os dados dos fluxos comerciais entre Irã e China com o objetivo de verificar a intensificação das relações comerciais entre os países e as mercadorias transacionadas.

O artigo se encontra estruturado da seguinte maneira: o primeiro tópico descreve os principais fatos históricos que levaram à deterioração e rompimento das relações políticas, diplomáticas e econômicas entre os EUA e o Irã. O tópico seguinte descreve os principais eventos acerca do desenvolvimento econômico e a abertura da China para o mercado internacional, levando o país a aumentar sua necessidade por fontes energéticas. A ênfase é atribuída à conjuntura que favoreceu as relações sino-iranianas e, permitindo que se identifique quais os principais setores econômicos envolvidos na cooperação entre os dois países. O terceiro tópico se volta para as sanções econômicas aplicadas inicialmente aos EUA e posteriormente adotadas por países aliados ao Irã (quadro com a cronologia das sanções).

O quarto tópico trata da relação comercial dos EUA e China com o Irã, especialmente os dados sobre dados de comércio com os respectivos países, na tentativa de indicar um possível processo (em curso) de substituição dos EUA em termos de relevância comercial no setor petrolífero. Por fim, o quinto tópico analisa o papel da iniciativa *One Belt, One Road* no fortalecimento das relações sino-iranianas.

1. Contexto Histórico: Da Hegemonia Norte-Americana à Revolução Iraniana

O Irã (Imagem 1 abaixo) é banhado pelo Golfo Pérsico e tem longas fronteiras com o Iraque, Turquia, Afeganistão, Paquistão e repúblicas residuais da ex-União Soviética (Liu & Wu, 2018). O território iraniano tem uma relevância geoestratégica (Mackinder, 1904; Kaplan, 2013) por ligar a Ásia Central com o Sul e o Oeste da Ásia e por ser banhado pelo Estreito de Ormuz, importante rota de escoamento do petróleo para as regiões do globo (Lin, 2017).

Imagem 1: Mapa da Ásia e Oriente Médio



Fonte: Elaboração dos autores.

No pós-guerra, o Irã era governado pela monarquia Pahlavi, que se mantinha alinhada a potências ocidentais, como EUA e Reino Unido, que controlavam a produção de petróleo no país. Esse cenário político, não agradava a todos os iranianos; o principal opositor nacionalista, Mohammad Mossadeq, foi primeiro-ministro entre 1951 e 1953, e com significativo apoio popular conseguiu a nacionalização do petróleo iraniano, permitindo a criação da *National Iranian Oil Company* (NIOC). Este fato gerou uma disputa entre Mossadeq e os nacionalistas, por um lado, e a monarquia e a oposição pró-ocidentais, do outro (Coggiola, 2008; Gasiorowski & Byrne, 2015).

No início dos anos 1950, a Guerra Fria havia iniciado e os EUA tentavam deter a expansão do comunismo. Com esse objetivo, a *Central Intelligence Agency* (CIA) havia

alertado às autoridades estadunidenses que o Irã, sob o comando do primeiro-ministro Mohammad Mossadeq, estaria próximo de aderir ao bloco soviético (Gasiorowski & Byrne, 2015, o que poderia significar uma crise no abastecimento de petróleo.

Em agosto de 1953, sob o comando do Xá Reza Pahlevi e seus aliados (EUA e Reino Unido) foram realizados protestos contra Mossadeq com a finalidade de impedir uma possível investida comunista. Em meio a instabilidade política, o primeiro-ministro saiu do país e se refugiou em Roma (Kinzer, 2004; Coggiola, 2008).

Na época, a mídia noticiava que protestos espontâneos provocaram a queda do líder iraniano; porém, apenas na década de 1980 foi comprovado o envolvimento dos EUA na denominada Operação Ajax. A operação Ajax foi realizada com apoio das agências de inteligência dos EUA e do Reino Unido e resultou na derrubada do primeiro-ministro Mossadeq, colocando o Xá Reza Pahlevi no controle total do país (Spohr, 2013).

O governo do Xá baseou-se em dois pilares, o petróleo e os EUA como seu principal aliado, notadamente por conta de suas grandes reservas energéticas e a privilegiada localização estratégica do Irã (Spohr, 2013). O Xá Reza Pahlevi manteve a nacionalização do petróleo, porém as receitas advindas do setor energético eram usadas para reforçar o arsenal militar ao invés de investir na redução de desigualdades do país (Liu & Wu, 2010; Traumann, 2010).

Em 1960, uma articulação entre os principais produtores de petróleo da época (Venezuela, Irã, Iraque, Kuwait e Arábia Saudita) criou a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC, sigla em inglês), com o objetivo de coordenar e unificar as políticas de petróleo entre os países membros, garantindo a disponibilidade do produto no mercado internacional (Motta, 2005). Para os países desenvolvidos, a OPEC foi vista como um cartel agressivo e poderia causar impactos na economia mundial (Lemos & Pacheco, 2017).

No início da década de 1970, os países membros da OPEC se organizaram em um embargo no fornecimento de petróleo para os países ocidentais. A ação foi tomada em resposta ao apoio estadunidense a Israel na Guerra do Yom Kippur, na qual Egito e Síria tentavam retomar a posse dos territórios perdidos na Guerra do Seis Dias (1967) (Marinho, 2010; Hahn, 2007).

Na ocasião, reconheceu-se o petróleo como um importante instrumento de poder, seja via decisão de oferta seja via definição de preço. Em 1973-1974, em consequência de decisões dos países envolvidos, o preço do barril de petróleo chegou a quadruplicar e o fornecimento internacional do óleo ficou comprometido, originando o que ficou conhecido como Primeiro Choque do Petróleo (Belluzzo et al., 2004; Lemos & Pacheco, 2017).

O Choque do Petróleo afetou a economia global e suas consequências alcançaram a economia iraniana. Contudo, a crise global que deveria afetar positivamente uma economia produtora de petróleo se converte em resultados negativos. Embora a renda das exportações de petróleo fosse de 3,5 bilhões de dólares antes do choque e, em 1974, ultrapassara 18 bilhões de dólares, devido aos altos preços do petróleo no mercado internacional, o Xá não estava preocupado com a situação social do país (Coggiola, 2008).

Daniel Yergin (2014) fornece uma indicação do que ocorreu com a economia iraniana: disputas políticas internas, entre os aliados do Xá e os líderes religiosos. O regime político foi incapaz de converter a prosperidade econômica trazida pelo petróleo em bem-estar-social. Tendo como resultado processos inflacionários e o aumento da desigualdade no país, aumentando a insatisfação da população (Belluzzo et al., 2004).

A crise mostrou também a vulnerabilidade e dependência da economia norte-americana com países do G77 representando uma nova ordem econômica internacional, a luta dos países terceiro-mundistas pela soberania sobre os recursos naturais, considerando que 30% do petróleo consumido pelos EUA era importado e, desse total, 13% provinha do Golfo Pérsico (Energy Information Administration, 2022).

Esta situação colocou os recursos energéticos no centro da pauta da política externa e da segurança nacional dos EUA (Lemos & Pacheco, 2017). Mas é importante mencionar que vários países passaram a refletir sobre suas políticas de segurança energética, especialmente no que concerne à recursos naturais.

Segundo Coggiola (2008), em seu livro “A Revolução Iraniana”, o cenário iraniano antes da revolução era de um país governado pelo Xá Reza Pahlevi com a política externa alinhada à dos Estados Unidos. O país era o quarto maior produtor de petróleo e o segundo maior exportador do óleo derivado. A renda gerada pelo petróleo atingia 30 bilhões de dólares em 1978.

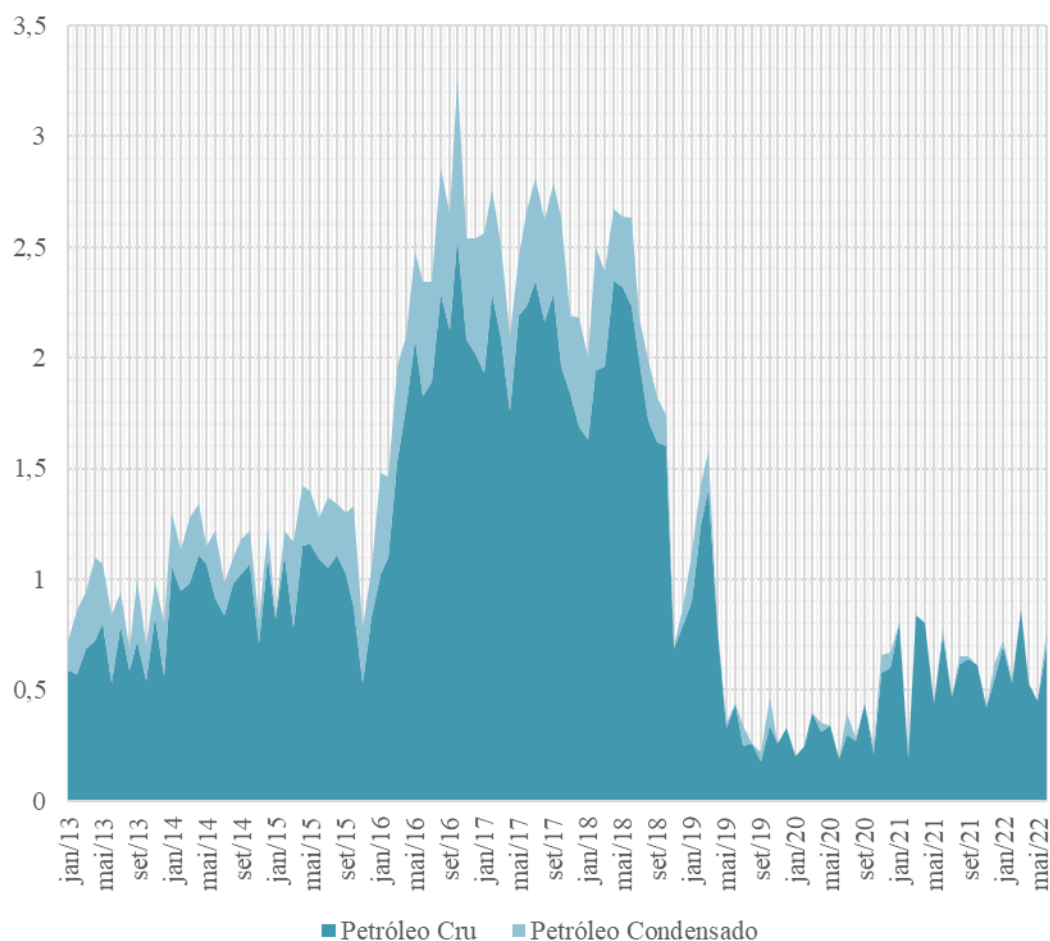
Apesar disso, existia uma insatisfação popular por conta da extrema desigualdade. A elite ligada à monarquia e à indústria do petróleo esbanjava dinheiro em festas enquanto a ampla maioria da população sofria com a escassez de moradia e infraestrutura insuficiente das zonas urbanas, ilustrando a elevada desigualdade entre as classes. Além disso, as medidas de ocidentalização de tornar o Irã um país laico não agradavam a elite religiosa. A situação gerou uma série de greves setoriais que paralisaram a produção petroleira. À medida que a desigualdade crescia, os protestos aumentavam (Espírito Santo & Baldasso, 2018).

As manifestações levaram milhões de iranianos às ruas e resultaram na deposição do Xá e na abolição da monarquia em 1979. Em decorrência da deposição, o Aiatolá Khomeini assumiu o cargo de chefe religioso e governante do país. Khomeini instituiu uma nova constituição de caráter teocrático, mudando profundamente a estrutura social iraniana. As relações entre os EUA e o Irã foram rompidas. Assim, o Irã deixou de exportar petróleo para os EUA e cessou a cooperação na área nuclear que havia sido estabelecida em 1957 (Lemos & Pacheco, 2017).

Segundo Coggiola (2008), o fim das relações estadunidenses com os iranianos representou um fator de instabilidade no Oriente Médio. No contexto de Guerra Fria (rivalidade EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, doravante URSS), a perda de domínio dos EUA sobre o território do Irã acarretou maior proximidade com a URSS (os dois territórios são separados apenas pelo Mar Cáspio) (Coggiola, 2008).

A Revolução Iraniana, ocorrida em 1979, desestabilizou o mercado internacional e causou uma elevação nos preços do petróleo (Belluzzo et al., 2004). As instabilidades internas do Irã, provocadas pela revolução, causaram redução na produção, reduzindo a oferta do produto no mercado e a suspensão da exportação de petróleo para os EUA. Esse episódio ficou conhecido como o Segundo Choque do Petróleo (Marinho, 2010).

Gráfico 1: Irã: Produção Mensal de Petróleo (jan. 2013-mai. 2022).



Fonte: Energy Information Administration (2022).

No que concerne à produção de petróleo, o investimento ocidental nas empresas petrolíferas iranianas cessou e cerca de 50 mil funcionários estrangeiros que trabalhavam no país deixaram o país (Fatemi, 1980). Como ilustrado no gráfico acima (Gráfico 1), a indústria de petróleo iraniana não conseguiu retomar os níveis de produção pré-revolução. Em parte, a situação deve-se à falta da capacidade interna de investimento, da ausência de investimento estrangeiro e às sanções internacionais que passaram a ser aplicadas ao país após 1979 (Lemos & Pacheco, 2017). Simultaneamente, estava ocorrendo a ascensão de novas potências no sistema internacional, como é o caso da China, que será analisada no próximo tópico.

2. O Crescimento Econômico Chinês e o Desenvolvimento das Relações Sino-Iranianas

Em 1949, sob liderança de Mao Zedong, foi estabelecida a República Popular da China (RPC) a partir do controle por parte do Partido Comunista Chinês (PCCh) e suas forças armadas sob o território continental da China. Nesse período, o país era majoritariamente agrário, instável

e com diversos problemas socioeconômicos (Corrêa, 2015). Os primeiros anos da RPC foram de priorização da superação do atraso econômico e social, caracterizados por um isolamento diplomático chinês e a tentativa em formular os primeiros passos da modernização.

A partir de 1978, sob o comando de Deng Xiaoping, a China iniciou sua política de reformas e abertura econômica, a realização de grandes obras impulsionando o crescimento da indústria, do mercado interno e a urbanização, derivando em crescimento da renda per capita (Leite, 2011). Esse processo de crescimento doméstico e de abertura comercial resultou em uma maior demanda por *commodities*, entre elas agrícolas, minerais e energéticas. Dentre essas *commodities* energéticas, uma das principais era o petróleo (Pautasso, 2009).

O petróleo se tornou importante para o crescimento econômico e para a estabilidade política chinesa. A produção e exportação de petróleo sustentou o país durante toda a década de 1970. Entretanto, um impasse foi instalado: enquanto a demanda por energia crescia linearmente, a produção doméstica entrava em estagnação, causando déficits energéticos que resultaram ocasionalmente na interrupção no fornecimento de eletricidade (Corrêa, 2015).

As mudanças promovidas pelo governo de Deng Xiaoping fortaleceram os laços econômicos com os países do Oriente Médio. Em 1971, as relações sino-iranianas foram firmadas, mas foi apenas após a Revolução Iraniana (1979) que a relação bilateral entre os países começou a ganhar destaque (Shichor, 2018). O fim da influência direta dos EUA e outras potências ocidentais sob o território iraniano abriu oportunidades para a China no Irã.

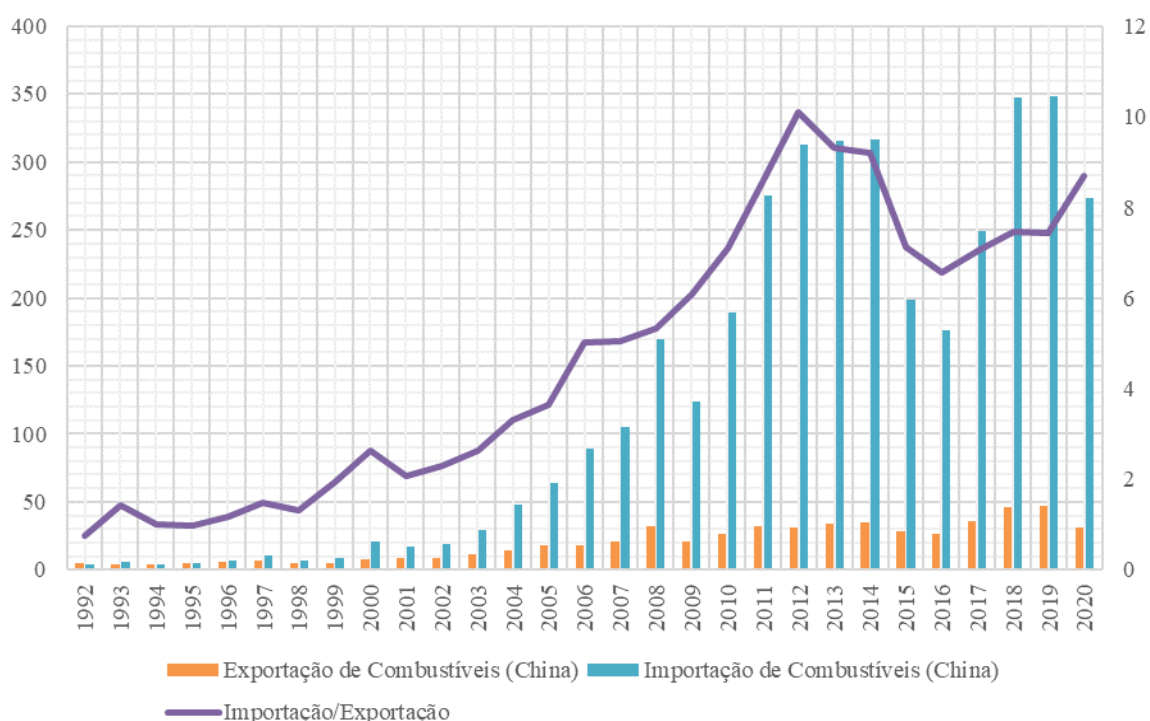
Na década de 1980, durante a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), Pequim, em termos diplomáticos e políticos, mostrou neutralidade durante o conflito, contudo, em termos econômicos e securitários, fornecia equipamentos militares para o Irã. Diante dos intensos conflitos e da presença cada vez mais intensa dos EUA (agora no papel de rivais geopolíticos inimigos) no Oriente Médio, Teerã buscou desenvolver seu programa nuclear a partir da cooperação chinesa na área. Essa cooperação foi formalizada em 1985 quando os iranianos compraram da China três pequenos reatores para pesquisa (Pautasso et al., 2019). No ano de 1989, o Aiatolá Ali Khamenei (1989-atual) fez uma visita oficial à China, a fim de promover o desenvolvimento das relações sino-iranianas e torná-las cada vez mais abrangentes (Hong, 2014).

Em 1993, a China deixou de ser um país exportador para tornar-se um país importador de petróleo, causando repercussões econômicas e estratégicas (Corrêa, 2015). O crescimento

do parque industrial e abertura da economia chinesa foram os principais fatores que levaram ao crescimento da demanda por essa *commodity*, fazendo com que o país começasse a diversificar seus fornecedores de recursos energéticos.

Assim, os países produtores de petróleo no Oriente Médio e Norte da África surgiam como parceiros comerciais de recursos energéticos com a RPC, e conseqüentemente, o Irã, por ter a segunda maior reserva de petróleo do mundo e ser um dos três grandes na produção de gás, surge como um dos principais parceiros (Hong, 2014).

Gráfico 2: China: Exportação e Importação de Combustíveis (1992-2020) (US\$ Bi.).



Fonte: World Integrated Trade Solutions (2023).

A figura acima (Gráfico 2) ilustra o aumento significativo no consumo energético chinês nos anos 2000. A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 representou um marco no desenvolvimento do comércio da China, impulsionando a inserção das mercadorias chinesas internacionalmente (Leite, 2011; Peres & Daibert, 2015). Internamente, isso teve como consequência a expansão dos parques industriais, o *boom* da construção civil e o aumento na frota de veículos, e fortalecendo o impulso comercial entre China e países produtores de petróleo (Leite, Vadell & Ramos, 2022; Corrêa, 2015).

As relações sino-iranianas, ao longo dos anos, foram se tornando motivo de críticas de países ocidentais. A política externa chinesa tem interesse na estabilidade política da região pois eventuais instabilidades poderiam resultar na interrupção do abastecimento energético para a China (Hong, 2014). A diplomacia chinesa prima, tradicionalmente, pela não interferência em assuntos externos tendo como princípios de política externa a não-intervenção e, mais recentemente, a “Ascensão Pacífica”.

O presidente chinês Hu Jintao (2003-2013), que idealizou o conceito, argumentou pela adoção dessas políticas por dois motivos: (i) o fato do crescimento da China ser um jogo de soma mútua positiva (*win-win*), no qual a inserção no mercado mundial beneficiária várias nações; e (ii) o caráter não-expansionista da política externa chinesa, o país deve estar preparado para possíveis problemas decorrentes do desenvolvimento (Souza & Jardim, 2016).

Estes determinantes representam pontos centrais ao redor dos quais se construiu o bom relacionamento da China com atores estatais no Oriente Médio. No contato com o Irã, ganha força o argumento de que a China não interfere na projeção iraniana como potência regional (Pautasso et al., 2019).

Nota-se que a forma chinesa de conduzir as relações políticas com o Irã interfere no estreitamento das relações diplomáticas e, sobretudo, econômicas e comerciais. No que concerne ao fornecimento de recursos energéticos, a China gradualmente encontra novos fornecedores e o Irã encontra, além de um comprador, um potencial investidor em setores estratégicos, como a infraestrutura produtiva.

3. As Ondas Sanções Econômicas ao Irã.

As tensões entre EUA e Irã se iniciaram após a Revolução Iraniana. A partir do incidente com os diplomatas norte-americanos que foram mantidos reféns durante 444 dias na embaixada estadunidense em Teerã em 1979. A crise dos diplomatas americanos foi crucial para definir as relações entre os EUA e o Irã. A primeira onda de sanções incluiu o congelamento dos ativos dos cidadãos iranianos nos EUA e a interrupção das importações de petróleo (Pautasso et al., 2019).

A segunda onda de sanções foi realizada em 1984, e englobou a aplicação de restrições da assistência estadunidense ao Irã, além do controle maior nas exportações de produtos com uso duplo (pode ser usado tanto para fins pacíficos quanto para fins militares) e a proibição de

exportação de equipamentos militares (Laub, 2015; Pautasso et al., 2019). Em 1987, os EUA impuseram um novo embargo aos bens e serviços iranianos.

Na década de 1990, o Aiatolá Ali Khamenei (1989-actual) retomou e intensificou o desenvolvimento do Programa Nuclear Iraniano (iniciado em 1957 através da cooperação com os EUA), devido a Guerra do Golfo (1990-1991) e a crescente presença estadunidense na região (Halliday, 1994; Liu & Wu, 2010).

Nesse cenário, os EUA anunciam a aplicação de novas sanções ao Irã relativas ao seu programa nuclear, proibindo o relacionamento de empresas de qualquer nacionalidade com os iranianos na área de petróleo e gás (Pautasso et al., 2019). Vale acrescentar que o Irã foi signatário do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em vigor desde 1970, estabelecendo o uso de energia nuclear apenas para fins pacíficos (Leães, 2015).

A deterioração das relações entre Irã e EUA se agravou após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Por conta do suporte iraniano aos grupos terroristas Hezbollah e Hamas, o Irã foi incluído no “eixo do mal” pelo presidente George W. Bush em seu discurso anual ao congresso em 2002 (Jahnke, 2016; Liu & Wu, 2010). Em 2002 o programa nuclear de Teerã foi involuntariamente revelado para o mundo quando duas unidades de enriquecimento de urânio foram descobertas. Desde então o programa tem tomado os debates internacionais.

Ainda em 2002, houve tentativa de evitar novas ondas de sanções e instabilidades na economia mundial. Os principais parceiros comerciais do Irã à época, Alemanha, França e Reino Unido, formaram um grupo denominado E3 (Observatory of Economic Complexity, 2022). O E3 tentou negociar um acordo com o governo iraniano garantindo a suspensão do enriquecimento do urânio e reconhecendo seus direitos de uso para pesquisa. A proposta, entretanto, não foi aceita por Teerã (Martinez & Del Prete, 2015; Pautasso et al., 2019).

A eleição do representante da ala mais conservadora da política iraniana Mahmoud Ahmadinejad (2005-2013) para presidente em 2005 não agradou as potências ocidentais. Com a manutenção do programa nuclear iraniano, as pressões diplomáticas aumentaram. A partir de 2006, a tentativa dos EUA de sufocar a economia iraniana ganhou reforço da ONU, cujo Conselho de Segurança (CSNU) aprovou a resolução 1747, impondo limitações econômicas, políticas e militares, na tentativa de impedir o programa nuclear iraniano (UN Security Council, 2007; Reis, 2020). A União Europeia (UE), em 2010, também aprovou restrições a

vários setores do Irã, provocando mudanças e implicações na posição do Irã na economia internacional (Alizade & Hakimian, 2013).

Nesse contexto, em 2010, Brasil e Turquia iniciaram uma articulação com o Irã e o Grupo de Viena (composto por Alemanha, China, França, Reino Unido e Rússia) com o objetivo de negociar o fim das sanções aplicadas na economia iraniana, tendo como resultado a Declaração de Teerã (2010) reafirmando os compromissos iranianos com o TNP (Ministry of Foreign Affairs Republic of Turkey, 2010; Amorim, 2015). Apesar dos esforços, os EUA não aceitam as formulações da declaração, justificando que ela não atendia aos seus objetivos. Com o fracasso da Declaração de Teerã, as sanções e tensões persistiram (Leães, 2015).

No final de 2011, o Congresso estadunidense aprovou a Lei de Autorização de Defesa Nacional expandindo as sanções para empresas e países que tentassem negociar com o Banco Central do Irã ou realizassem compras de petróleo (U.S. Department of State, 2011). Nesse contexto, Washington tentou pressionar a China a parar de comprar petróleo do Irã. Pequim argumentou que as relações comerciais e a cooperação energética não se comunicam com as questões nucleares e que continuaria comprando o petróleo iraniano (Hong, 2014).

Após anos de crises e perdas econômicas, em 2015 o Irã concordou em limitar o seu enriquecimento de urânio para atividades nucleares sensíveis. O acordo foi realizado em 2015 com um grupo de potências mundiais denominado de P5+1 (EUA, Reino Unido, França, Rússia e China mais a Alemanha).

Esse acordo ficou conhecido como Plano Conjunto de Ação Abrangente (JCPOA, sigla em inglês) (U.S. Department of State, 2015). Parte das sanções foi suspensa, possibilitando que o Irã retomasse a venda de petróleo no comércio internacional e tivesse acesso também a US \$100 bilhões de ativos que estavam congelados no exterior (Leães, 2015; Pautasso et al., 2019).

Em 2018, após tomar posse, Donald Trump (2017-2021), anunciou a saída do JCPOA por considerá-lo “unilateral” e “desastroso” (The White House, 2018). Em seguida, Trump anuncia nova onda de sanções econômicas ao Irã, afetando as exportações de petróleo, o setor de transportes, bancos, ou seja, os setores centrais da economia iraniana. Apesar das sanções aplicadas, o Irã consegue resistir e manter sua soberania e alcança novos parceiros comerciais principalmente na Ásia (Reis, 2020).

Para Chomsky (2015), o Irã é visto como um *Rogue State*, ou seja, um estado que pode ameaçar a estabilidade do sistema internacional, uma vez que o Irã não segue as resoluções dos EUA. Por meio das sanções, o governo estadunidense tenta isolar e impedir a projeção regional do Irã. Observa-se que as sanções impostas ao Irã que foram iniciadas após a Revolução de 1979 pelos EUA de forma unilateral, pretendiam restringir o acesso dos iranianos ao comércio internacional. No entanto, o Irã buscou contornar as restrições por meio de alianças com outros atores do sistema internacional, entre eles China, Turquia e Índia (Observatory of Economic Complexity, 2022).

Diante da relação tensa entre EUA e Irã, principalmente após o endurecimento das sanções, a China assume o papel de parceiro estratégico de Teerã e, ao longo dos anos de sanções buscou exercer um papel de estabilizador para evitar um possível desequilíbrio do Oriente Médio, o que poderia afetar o país economicamente devido a sua dependência energética (Pautasso et al., 2019).

As sanções aplicadas não atingiram o efeito esperado na economia iraniana e, gradualmente, o comércio internacional do Irã passou a se concentrar na Ásia-Pacífico. Declarações públicas do período refletem este entendimento: o ministro das relações exteriores iraniano Mohammad Javad Zarif considera a China “uma nação amiga nos tempos difíceis” (Fassihi & Myers, 2021).

Vale acrescentar que desde a saída dos Estados Unidos do JCPOA durante o Governo Trump (2017-2021), grande parte do petróleo iraniano entra na China de forma clandestina, uma vez que os EUA ameaçam sancionar os países que comercializam petróleo do Irã.

Segundo a Bloomberg News (2022), portal de notícias estadunidense, os barris iranianos entram na China com a bandeira da Malásia. Os dados relativos à exportação média diária da Malásia apresentam grande distorção em relação à produção. Estima-se, em 2022, que a média diária de exportação de petróleo do Irã para a China tenha ultrapassado os 700.000 barris por dia, enquanto que nos dados oficiais de Pequim aparecem apenas 22.000 barris por dia.

Apesar das tentativas de isolamento do Irã via adoção de sanções econômicas, o comércio com a China se apresenta como bastante relevante para o desempenho para a economia iraniana (Iran International, 2022a).

Em 2021, foram retomadas as negociações do JCPOA, Washington continua a pressão sobre a China para interromper a importação de petróleo do Irã (Iran International, 2022b). A economia iraniana tenta superar as sanções; e, para Pequim seria um avanço estratégico para sua segurança energética, visto que as sanções prejudicam a exportação de petróleo (Delgado & Febraro, 2017; Laipson, 2021). Devido às sanções (Quadro 1), há indícios de que a redução e instabilidade do comércio entre EUA e Irã, ao mesmo tempo favorece a expansão das relações sino-iranianas. Este ponto será analisado no próximo tópico.

Quadro 1. Cronologia das Sanções contra o Irã.

Ano	Quem aplicou as sanções	Motivo	Restrições
1979	EUA	Crise dos refêns na embaixada norte-americana em Teerã em 1979.	O governo dos EUA congelou os ativos do governo iraniano nos Estados Unidos e os bancos americanos no exterior, segundo o Tesouro dos EUA foram cerca de \$12 bilhões. Em 1981, com a soltura dos refêns, a sanção foi suspensa.
1984	EUA	Guerra Irã-Iraque (1980-1988)	As sanções dos Estados Unidos proibiram a venda de armas e toda a assistência dos EUA ao Irã.
1987	EUA	Devido às ações do Irã de 1981 a 1987 contra EUA e navios de outros países no Golfo Pérsico e apoio ao terrorismo internacional.	Os Estados Unidos impuseram um novo embargo aos bens e serviços iranianos.
1995	EUA	Programa nuclear iraniano.	As sanções proibiram o investimento dos EUA no setor de energia do Irã. Segundo o Tesouro norte-americano, os Estados Unidos proibiram o “envolvimento com o desenvolvimento de petróleo no Irã”.
1997	EUA	Programa nuclear iraniano.	Os Estados Unidos proibiram “praticamente todas as atividades comerciais e de investimento com o Irã por americanos, onde quer que estejam”, segundo dados do Tesouro norte-americano.
2006	CSNU	Programa nuclear iraniano.	A ONU lançou uma série de resoluções exigindo que o Irã suspendesse todas as atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio. Além de sanções proibindo o fornecimento de materiais e tecnologia relacionados à energia nuclear e congelou os ativos de indivíduos e empresas importantes relacionados ao programa.
2007	CSNU	Programa nuclear iraniano.	A ONU impôs um embargo de armas e o congelamento de ativos iranianos.

2008	CSNU	Programa nuclear iraniano.	O Conselho de Segurança da ONU estendeu o congelamento de ativos e convocou os estados a monitorar as atividades dos bancos iranianos, inspecionar navios e aeronaves iranianos e monitorar o movimento de indivíduos envolvidos com o programa em seu território.
2010	U n i ã o Europeia	Programa nuclear iraniano.	A União Européia proibiu a importação de petróleo bruto e produtos petrolíferos iranianos. Também congelou os ativos do banco central do Irã na União Europeia e bloqueou o comércio de ouro, diamantes e metais preciosos.
2011	EUA	Programa nuclear iraniano.	Novas restrições mais rígidas foram impostas a empresas que forneciam ao Irã equipamentos e experiência para administrar sua indústria química e de petróleo. Proibiu grupos que fazem negócios com instituições financeiras no Irã de manter contas nos Estados Unidos.
2012	U n i ã o Europeia	Programa nuclear iraniano.	Em 2012, foram anunciadas novas sanções impondo restrições ao comércio exterior, serviços financeiros, setores de energia e tecnologias e incluindo a proibição do fornecimento de seguros e resseguros por seguradoras da UE para o Estado do Irã e empresas iranianas.
2015	EUA + União Europeia	Programa nuclear iraniano.	O P5+1 e o Irã, reunidos em Lausanne, na Suíça, chegaram a um acordo provisório sobre uma estrutura que, uma vez finalizada e implementada, suspenderá a maioria das sanções em troca de limites aos programas nucleares do Irã.
2015	EUA + União Europeia + CSNU	JCPOA (Plano de Ação Conjunto Abrangente)	O JCPOA encerrou algumas das sanções ao Irã e suspendeu outras, incluindo isenções de sanções de petróleo
2018	EUA	Grupos militares e o Programa de mísseis balísticos iraniano: Retomada de sanções	O presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou que os Estados Unidos se retiraram do acordo nuclear com o Irã e as sanções dos Estados Unidos foram restabelecidas. E em 2019 e 2020 foram ampliadas para cobrir o setor financeiro do Irã.
2019	EUA	Retomada de sanções	O governo dos EUA anunciou, unilateralmente, que passaria a sancionar certas entidades chinesas que importavam petróleo do Irã. Além de ameaçar sancionar quem negociasse com o Irã ou comprasse seu petróleo.
2020	EUA	Grupos militares e o Programa de mísseis balísticos iraniano	Em 2020, o Irã entrou para a lista negra do GAFI (Força-Tarefa de Ação Financeira), comandada pelo G7, junto com Coreia do Norte e Mianmar.
2020	EUA	O CSNU bloqueia as ações dos EUA.	O Conselho de Segurança das Nações Unidas bloqueou os esforços dos EUA para reimpor sanções rápidas ao Irã. Nessa ocasião, os EUA afirmaram que as sanções da ONU contra o Irã estavam de volta em vigor, uma alegação que foi rejeitada pelo Irã e pelas outras partes restantes do JCPOA.

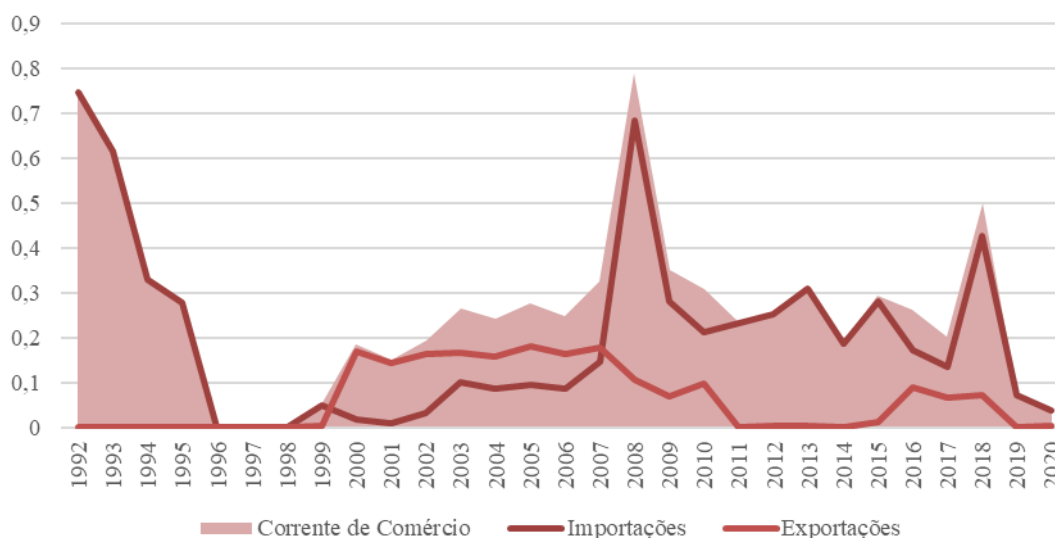
2021	U n i ã o Europeia	Direitos Humanos	A União Europeia sancionou oito comandantes da milícia iraniana e oficiais de segurança por abusos dos direitos humanos.
------	--------------------	------------------	--

Fonte: Elaboração própria.

4. Análise do Comércio de Mercadorias de EUA e China com o Irã

Como visto, desde a Revolução Iraniana de 1979, o país sofre com as sanções econômicas aplicadas pelos EUA e seus aliados. Em 2002, quando as denúncias sobre o programa nuclear iraniano tiveram destaque no cenário internacional e as sanções econômicas ganharam força, o comércio com os EUA foi significativamente afetado (Pautasso et al., 2019).

Gráfico 3: Comércio EUA Irã (2002-2021) US\$ Bi.



Fonte: World Integrated Trade Solutions (2023).

No Gráfico 3 acima, observa-se um baixo fluxo de comércio entre EUA e Irã em comparação com o início da década de 1990, de 2001 para 2002 e 2003 a atividade econômica apresenta uma leve melhora de 2001 para 2002 e 2003. No período posterior (2007-2008), o comércio internacional deu sinais de retomada, mas foi atingido por novas baixas quando a Organização das Nações Unidas (ONU) e União Europeia (UE) aprovaram novas restrições comerciais no final da primeira década dos anos 2000.

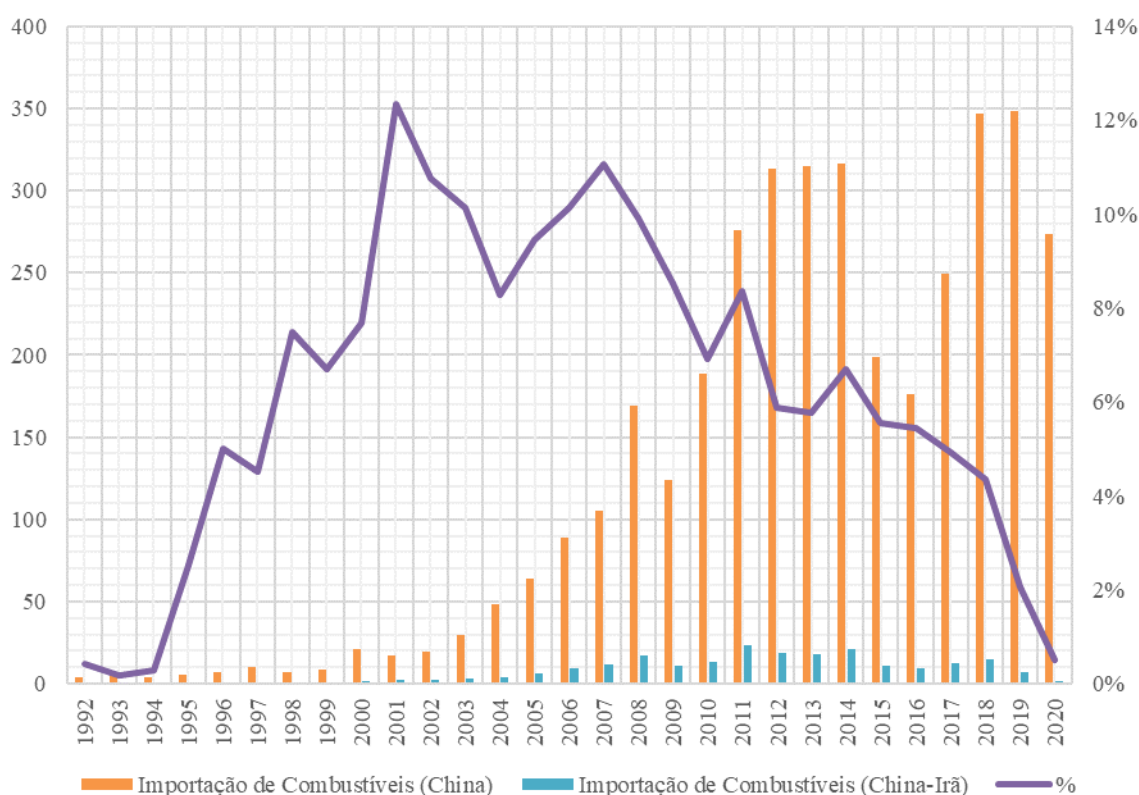
Assim, as importações dos EUA para o Irã foram de 683,2 milhões de dólares em 2008 e caíram para 280,4 milhões de dólares em 2009. Após 2015, quando o governo de Obama (2009-2017) assina o JCPOA (2015) com Irã, o gráfico registra um novo aumento no fluxo de

importação dos EUA para o Irã, mas em seguida sofre nova baixa no governo de Donald Trump (2017-2021) ao se retirar do JCPOA e anunciar novas sanções (U.S. Census Bureau, 2022).

Nota-se que as relações instáveis e conturbadas nas últimas décadas ampliaram a deterioração do relacionamento iraniano-estadunidense. Entretanto, apesar do rompimento das relações diplomáticas entre Irã e EUA e da aplicação das sanções econômicas, os países ainda mantêm relações comerciais. O Irã importa dos EUA produtos alimentícios (como soja e sementes), instrumentos médicos, produtos farmacêuticos e vacinas (Harvard University, 2019).

Mesmo assim, a economia do Irã segue sendo prejudicada com altos níveis de desemprego e inflação, na tentativa de diminuir os danos sofridos e buscando novas oportunidades e parceiros na economia internacional principalmente na Ásia, destacando Índia, Turquia, Emirados Árabes Unidos e a China (Observatory of Economic Complexity, 2022).

Gráfico 4: China: Importação de Combustíveis (total) vs. Importação de Combustíveis Iranianos e Relação Proporcional (US\$. Bi.).



Fonte: World Integrated Trade Solutions (2023).

Na década de 1990, o crescimento da economia chinesa levou ao aumento da sua demanda energética. Consequentemente, os líderes do governo chinês se preocupam cada vez mais com a segurança energética e buscam aproximação com países do Oriente Médio. A crescente dependência da China por importação de recursos energéticos coincide com a deterioração das relações entre o Irã e os EUA (Hong, 2014).

No início do século XXI, a entrada da China na OMC em 2001 impulsionou o crescimento da economia do país (Peres & Daibert, 2015). Logo, os chineses passam a demandar a importação de mais petróleo e derivados para conseguir sustentar o crescimento econômico. Observando o Gráfico 4 acima, em 2001, o total de mercadorias que o Irã exporta para a China era de 1,76 bilhões de dólares e em 2015 ultrapassou os 16 bilhões de dólares. Sendo que do total exportado em 2015, cerca de 55% correspondia a exportação de petróleo e derivados (Harvard University, 2019).

Em relação à importação de produtos, levando em consideração que a economia iraniana sofre com as sanções aplicadas pelos EUA e têm dificuldades para ter acesso a produtos eletrônicos e manufaturados, o Irã passou a procurar novos fornecedores, já que as sanções proíbem que empresas estadunidenses negociem com o Irã.

Então, à medida que as empresas ocidentais deixam o mercado iraniano, a China passa a preencher esse vazio deixado (Hong, 2014). Em 2001, o total de mercadorias vindas da China que chegavam ao Irã era de 871 milhões de dólares e em 2015 chegou aos 17,8 bilhões de dólares (Harvard University, 2019). Entre os principais produtos importados estão produtos eletrônicos, têxteis, calçados, automóveis, plásticos e derivados (Pautasso et al., 2019).

Ao mesmo tempo, o crescimento econômico chinês faz com que o Irã se torne um importante parceiro comercial, diante da disponibilidade de recursos energéticos, principalmente petróleo e derivados (Liu & Wu, 2018). As relações sino-iranianas estão baseadas em interesses econômicos, investimentos no setor de infraestrutura, energia e tecnologia, essas ações também buscam aumentar a influência política da China. Assim, para aumentar e fortalecer a influência chinesa em ambientes estrangeiros, o país lançou em 2013, a “*One Belt, One Road*” (Hong, 2014; Pautasso et al., 2019).

5. A Iniciativa *One Belt, One Road* e o Fortalecimento das Relações Sino-Iranianas

A iniciativa “*One Belt, One Road*” (OBOR), anunciada pelo líder chinês Xi Jinping, em 2013, tem o objetivo de fortalecer a cooperação com várias regiões do globo incluindo Ásia, Europa, norte da África e recentemente América, por meio da diplomacia econômica (Sidaway & Woon, 2017) e do estabelecimento de corredores logísticos ligando a China a várias partes do mundo (Imagem 1 abaixo). A iniciativa abrange cerca de 62% da população mundial e pouco mais de 30% do PIB mundial (Lin, 2017; Shichor, 2018).

A OBOR é implementada por Pequim como uma iniciativa “guarda-chuva”, ou seja, que abrange uma série de projetos de infraestrutura terrestre e marítima, além de diversos acordos bilaterais de comércio. Esse projeto se torna peça fundamental para a política externa chinesa, usada com estratégia de *soft power* da China para gerar influência econômica e política em ambientes estrangeiros de interesse do governo chinês (Pautasso & Ungaretti, 2017; Sidaway & Woon, 2017). Os países do Oriente Médio que são grandes produtores de petróleo recebem uma quantidade significativa de investimentos ligados à OBOR (Lin, 2017).

Imagem 2: Mapa das Rotas do *One Belt One Road*.



Fonte: Sarker et al. (2018)

Nesse sentido, o Irã é um ponto chave para o sucesso da iniciativa, por ter uma localização geográfica que liga a Ásia Central e a Europa com o sul e oeste asiático. A região é banhada pelo Estreito de Ormuz, por onde o petróleo iraniano é escoado, garantindo o fornecimento energético para a China (Lin, 2017; Sidaway & Woon, 2017).

O Irã ainda não conseguiu se recuperar dos efeitos negativos causados pela guerra Irã-Iraque (1980-1988) e pelas sanções impostas pelos EUA e aliados. Essas sanções impedem o país de ter acesso à tecnologia e ao capital estrangeiro necessários para a exploração de

petróleo e gás, resultando na falta de infraestrutura de refino, exploração e capacidade de refino de petróleo. As necessidades energéticas da China estão fazendo com que as empresas chinesas realizem investimentos para a reconstrução dos campos de exploração destruídos pela guerra e construção de novos campos de exploração.

Assim, à medida que os interesses da China no Irã se intensificam, os chineses deixam de ser meros compradores de petróleo, convertendo-se em investidores de projetos de infraestrutura produtiva do governo iraniano (Hong, 2014).

Em 2016, o presidente chinês Xi Jinping fez uma visita ao Irã com o objetivo de estreitar as relações sino-iranianas. Na ocasião, o líder do Partido Comunista Chinês (PCC) demonstrou apoio à admissão do Irã na Organização da Cooperação de Xangai (SCO, sigla em inglês) e forneceu ao Irã 10 bilhões de dólares em linha de crédito para projetos de infraestrutura (Lima et al., 2019). Vale ressaltar que essas ações estão dentro das propostas “guarda-chuva” da OBOR (Lin, 2017).

Em março de 2021, em comemoração aos 50 anos de estabelecimento de relações diplomáticas entre China e Irã, a China anunciou um acordo de US \$400 bilhões na forma de investimentos na economia iraniana ao longo dos próximos 25 anos, como a construção da ferrovia Urumqi-Teheran, além disso abrange as áreas de infraestrutura, telecomunicações, saúde, setor bancário, estrutura portuária, tecnológico e militar (Yanpeng, 2015).

Em troca, Teerã compromete-se a fornecer petróleo e gás para abastecer a expansão produtiva da economia chinesa (Bhadrakumar, 2021; Motamedi, 2021). O recente acordo indica o estreitamento das relações sino-iranianas, além de expor as ambições da China na região do Oriente Médio (Laipson, 2021).

A OBOR pode ajudar o Irã potencialmente a reduzir a pobreza e melhorar a instabilidade nas áreas periféricas, uma vez que o aumento da pobreza aumenta a participação da população em grupos extremistas. Por sua vez, os líderes do PCCh preocupam-se com as instabilidades da região do Golfo Pérsico devido a questões políticas, conflitos e atos de terrorismo. Nesse sentido, os projetos da OBOR tornam-se uma forma da China ajudar a melhorar os indicadores socioeconômicos do país e trazer estabilidade política e econômica para a região, favorecendo assim as relações sino-iranianas (Shariatinia & Azizi, 2019).

Considerações Finais

O mapeamento dos eventos relacionais entre Irã e EUA e Irã e China indicam para a redução da presença e participação econômica dos EUA ao passo que se observa, simultaneamente, um crescimento das relações entre China e Irã. Ainda, a força das sanções aplicadas contra o Irã afasta o país das instituições ocidentais facilitando a aproximação com a RPC. O Irã tem sua relevância geopolítica como um importante ator no Oriente Médio, seja pela extensa reserva de petróleo e gás natural ou por sua localização estratégica, principalmente para a China por ser parte essencial do “Cinturão” logístico entre o Leste Asiático e a Europa.

Ao analisar a sequência dos fatos e suas consequências, observa-se que a continuidade e o desenvolvimento do programa nuclear iraniano têm conexão direta com o enrijecimento das sanções estadunidenses. A atuação da ONU e da União Europeia contribuíram para o distanciamento dos países ocidentais. Como visto, o fracasso do JCPOA está diretamente relacionado à compreensão da administração Trump sobre a ineficácia do acordo, resultando em uma nova rodada de sanções.

À medida que os EUA aumentam o cerco à economia iraniana, o Irã busca novos parceiros econômicos na Ásia, que não estabeleçam julgamentos relacionados às decisões políticas domésticas iranianas. O mercado de petróleo é uma das áreas mais prejudicadas pelas sanções, dada sua participação no total de exportações iranianas. Por conta disso, grande parte do combustível é extraído e exportado de forma clandestina. A chegada de Joe Biden à presidência dos EUA em 2021 aliada a crise energética gerada pela Guerra na Ucrânia, acendeu uma nova expectativa de retomar o JCPOA e as nações estão em negociação para derrubar as barreiras comerciais impostas ao Irã (International Energy Agency, 2022).

Paralelamente, observa-se que, aos poucos, a China deixou de ser apenas um comprador e tornou-se um investidor nos projetos do Irã, desde a modernização das estruturas de extração de petróleo até suporte logístico para o escoamento da produção. A iniciativa “*One Belt, One Road*”, que destina grandes montantes de capital na forma de investimento em infraestrutura de corredores logísticos, e o aumento dos investimentos chineses no Irã, indica um fortalecimento e estreitamento nos laços econômico e político entre as suas nações.

Por fim, observa-se que o estreitamento e expansão das relações sino-iranianas está intrinsecamente ligada à atuação dos EUA no Irã. A Revolução Iraniana e seus desdobramentos levaram a perda de hegemonia norte-americana na região. Simultaneamente, as necessidades energéticas chinesas tornam a China um importante importador de petróleo e

os países do Oriente Médio um relevante fornecedor de energia. Assim, observa-se a China apresentando-se como um *player* cada vez mais presente nas dinâmicas de poder da região do Oriente Médio.

Referências

- ALIZADEH, Parvin; HAKIMIAN, Hassan (2013). **Iran and the Global Economy**. London and New York: Routledge Publishers
- AMORIM, Celso. (2015). **Teerã, Ramalá e Doha**. São Paulo: Saraiva Educação SA.
- BELLUZZO, Luiz G.; TAVARES, Maria C.; FIORI, José L. (2004). A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In FIORI, José L. (ed.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 111-138.
- BHADRAKUMAR, M. K. (2021). **The China-Iran pact is a game-changer**. Disponível em: [<https://asiatimes.com/2021/04/the-china-iran-pact-is-a-game-changer/>]. Acesso: 01/07/2022.
- BLOOMBERG NEWS. (2022). **Iran's oil gushes into global market as China imports surge**. Disponível em: [<https://www.bnnbloomberg.ca/iran-s-oil-gushes-into-global-market-as-china-imports-surge-1.1872702>]. Acesso: 01/03/2023.
- CHOMSKY, Noam. (2015). **Rogue states: the rule of force in world affairs**. Chicago: Haymarket Books.
- COGGIOLA, Osvaldo. (2008). **A revolução Iraniana**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP.
- CORRÊA, Alexandre P. (2015). Industrialização, demanda energética e indústria de petróleo e gás na China. In CINTRA, Marcos A; SILVA FILHO; Edison B; PINTO, Eduardo C. (orgs.). **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 189-236.
- DELGADO, Fernanda; FEBRARO, Júlia. (2017). **Cronos: China e as suas questões de segurança energética**. Rio de Janeiro: FGV Energia.
- ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. (2021). **Iran**. Disponível em: [<https://www.eia.gov/international/analysis/country/IRN>]. Acesso: 19/05/2022.
- ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. (2022). **U.S. imports from Persian Gulf Countries of crude oil and petroleum product**. Disponível em: [<https://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=p&s=mttimuspgl&f=a>]. Acesso: 22/05/2022.
- ESPIRÍTO SANTO, Murillo M.; BALDASSO, Tiago O. (2018). A Revolução Iraniana: rupturas e continuidades na política externa do Irã. **Revista Perspectiva: Reflexões sobre a Temática Internacional**, 10 (18): 70-84.
- FASSIHI, Fernaz; MYERS, Steven L. (2021). **China, with \$400 Billion Iran Deal, could deepen influence in mideast**. Disponível em: [<https://www.nytimes.com/2021/03/27/world/middleeast/china-iran-deal.html>]. Acesso: 01/07/2022.
- FATEMI, Khosrow. (1980). The Iranian Revolution: its impact on economic relations with the United States. **International Journal of Middle East Studies**, 12 (3): 303-317.

GASIOROWSKI, Mark. J.; BYRNE, Malcolm (eds.). (2015). **Mohammad Mosaddeq and the 1953 coup in Iran**. Syracuse: Syracuse University Press.

HAHN, Peter L. (2007). The Cold War and the Six Day War: US Policy towards the Arab-Israeli Crisis of June 1967. In SAYIGH, Y; SHLAIM, A. (eds.). **The Cold War in the middle east**. Routledge. Oxfordshire, 26-44. <http://dx.doi.org/10.4324/9780203945803.ch2>

HALLIDAY, Fred. (1994). The Gulf war 1990–1991 and the study of international relations. **Review of International Studies**, 20 (2): 109-130. <http://dx.doi.org/10.1017/S026021050011784X>

HARVARD UNIVERSITY. (2019). **Growth projections and complexity rankings: Iran**. Disponível em: [<https://atlas.cid.harvard.edu/explore?country=107&queryLevel=location&product=undefined&year=2020&productClass=HS&target=Product&partner=undefined&startYear=undefined>]. Acesso: 03/02/2022.

HONG, Zhao. (2014). China's Dilemma on Iran: between energy security and a responsible rising power. **Journal of Contemporary China**, 23 (87): 408-424. <http://dx.doi.org/10.1080/10670564.2013.843880>

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA. (2022). **Russia's war on Ukraine**. Disponível em: [<https://www.iea.org/topics/russias-war-on-ukraine>]. Acesso em: 10/04/2023.

IRAN INTERNATIONAL. (2022a). **IRGC-linked website claims Iran Exporting a lot of oil to China**. Disponível em: [<https://www.iranintl.com/en/202208107161>]. Acesso: 01/03/2023.

IRAN INTERNATIONAL. (2022b). **US says will increase pressure on china to stop Iran oil imports**. Disponível em: [<https://www.iranintl.com/en/202301244350>]. Acesso: 01/03/2023.

JAHNKE, Jefferson F. (2016). **O Estado Islâmico**. Dissertação de Especialização em Sociologia Política, apresentado à Universidade Federal do Paraná (Orientador: Prof. Dr. Alessandro Eugênio Pereira).

KAPLAN, Robert. (2013). **A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica**. Amsterdã: Elsevier.

KINZER, Stephen. (2004). **Todos os homens do Xá**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

LAIPSON, Ellen. (2021). **Is Tehran-Beijing partnership a game changer for Mideast?** Disponível em: [<https://asiatimes.com/2021/04/is-tehran-beijing-partnership-a-game-changer-for-mideast/>]. Acesso: 01/07/2022.

LAUB, Zachary. (2015). **International sanctions on Iran**. Disponível em: [https://www.files.ethz.ch/isn/191759/Backgrounder_%20The%20Intern...pdf]. Acesso: 09/07/2022.

LEÃES, Ricardo F. (2015). O sucesso das negociações do Programa Nuclear Iraniano. **Conjuntura Austral**, 6 (31): 21-28. <http://dx.doi.org/10.22456/2178-8839.56918>

LEITE, Alexandre C. C. (2011). **O projeto de desenvolvimento econômico chinês-1978-2008: a singularidade de seus fatores políticos e econômicos**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Orientador: Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira).

LEITE, Alexandre C. C.; VADELL, Javier; RAMOS, Leonardo. (2022). The domestic and external conditions of the Chinese development path. In DECIANCIO, Melisa; NEMIÑA, Pablo; TUSSIE, Diana. (eds.). **Handbook on the politics of international development**. New York: Edward Elgar.

LEMOS, José K.; PACHECO, Cristina C. (2017). As crises do petróleo e a geoestratégia dos Estados Unidos para o Golfo Pérsico entre 1945 e 1980. **Estudos Internacionais: Revista De relações Internacionais Da PUC Minas**, 4 (2): 17-34.

LIMA, Marcos C.; VIANA, Deisiane; FONSECA, Pedro. (2019). A geopolítica asiática e seus desdobramentos globais: a Organização para Cooperação de Xangai. **Carta Internacional**, 14 (2): 5-26.

LIN, Christina. (2017). The belt and road and China's long-term visions in the middle east. **ISPSW Strategy Series**, 512: 1-10.

LIU, Jun; WU, Lei. (2018). Key issues in China-Iran relations. **Journal of Middle Eastern and Islamic Studies**, 4 (1): 40-57. <http://dx.doi.org/10.1080/19370679.2010.12023147>

MACKINDER, Halford J. (1904). The geographical pivot of history. **The Geographical Journal**, 23 (4): 421-437. <http://dx.doi.org/10.2307/1775498>

MARINHO, Havana A. M. P. (2010). Estados Unidos: o contexto dos anos 1970 e as crises do petróleo. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, 4 (7): 1-10.

MARTINEZ, Elias D. M.; DEL PRETE, Giovanni B. M. (2015). O Programa Nuclear Iraniano e o Acordo E3/EU+ 3. **Mural Internacional**, 6 (2): 155-171. <http://dx.doi.org/10.12957/rmi.2015.16847>

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS REPUBLIC OF TURKEY. (2010). **17.05.2010 Joint Declaration of the Ministers of Foreign Affairs of Turkey, Iran and Brazil**. Disponível em: [https://www.mfa.gov.tr/17_05_2010-joint-declaration-of-the-ministers-of-foreign-affairs-of-turkey_-iran-and-brazil_.en.mfa]. Acesso: 10/04/2023

MOTAMEDI, Maziar. (2021). **Iran and China sign 25-year cooperation agreement**. Disponível em: [<https://www.aljazeera.com/news/2021/3/27/iran-and-china-sign-25-year-cooperation-agreement-in-tehran>]. Acesso: 01/07/2022.

MOTTA, Manuel F. T. (2005). A origem da OPEP. **Revista Conjuntura Econômica**, 59 (1): 34-36.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY – OEC. (2022). **Iran: the observatory of economic complexity**. Disponível em: [[https://oec.world/en/profile/country/irn#:~:text=Overview%20In%202021%2C%20Iran%20was,Economic%20Complexity%20Index%20\(ECI\)%20](https://oec.world/en/profile/country/irn#:~:text=Overview%20In%202021%2C%20Iran%20was,Economic%20Complexity%20Index%20(ECI)%20)]. Acesso: 01/07/2022.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES – OPEC. (2021). **Iran facts and figures**. Disponível em: [https://opec.org/opec_web/en/about_us/163.htm]. Acesso: 19/05/2022.

PAUTASSO, Diego, et al. (2019). O cerco multidimensional à Teerã e a aproximação sino-iraniana. **Tensões Mundiais**, 15 (29): 165-182. <http://dx.doi.org/10.33956/tensoesmundiais.v15i29.965>

PAUTASSO, Diego. (2009). Os desdobramentos internacionais do desenvolvimento e da demanda por petróleo na China. **Meridiano** 47, 10 (109): 26.

PAUTASSO, Diego; OLIVEIRA, Lucas K. (2008). A segurança energética da China e as reações dos EUA. **Contexto Internacional**, 30: 361-398. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292008000200004>

PAUTASSO, Diego; UNGARETTI, Carlos R. (2017). A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. **Estudos Internacionais: Revista de relações Internacionais da PUC Minas**, 4 (3): 25-44.

PERES, Ana L. S.; DAIBERT, Leticia. (2015). A China e a Organização Mundial do Comércio. **Direito Chinês Contemporâneo**, 387-412.

REIS, Solange. (2020). **ONU Ignora Truco dos Estados Unidos Contra o Irã**. Disponível em: [<https://www.opeu.org.br/2020/10/01/onu-ignora-truco-dos-estados-unidos-contr-o-ira/>]. Acesso: 07/07/2022.

SARKER, Nazirul, et al. (2018). One belt one road initiative of China: implication for future of global development. **Modern Economy**, 9: 623-638. <http://dx.doi.org/10.4236/me.2018.94040>

SHARIATINIA, Mohsen; AZIZI, Hamidreza. (2019). Iran and the belt and road initiative: amid hope and fear. **Journal of Contemporary China**, 28 (120): 984-994. <http://dx.doi.org/10.1080/10670564.2019.1594108>

SHICHOR, Yitzhak. (2018). Gains and losses: historical lessons of China's middle east policy for its OBOR initiative. **Asian Journal of Middle Eastern and Islamic Studies**, 12 (2): 127-141. <http://dx.doi.org/10.1080/25765949.2018.1478774>

SIDAWAY, James D.; WOON, Chih Y. (2017). Chinese narratives on “One Belt, One Road”(一帶一路) in geopolitical and imperial contexts. **The Professional Geographer**, 69 (4): 591-603. <http://dx.doi.org/10.1080/00330124.2017.1288576>

SOUZA, Bruno M.; JARDIM, Emmanuel B. (2016). A presença chinesa no Oriente Médio frente à hegemonia mundial dos Estados Unidos. **Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas**, 4 (3): 5-24.

SPOHR, Alexandre P. (2013). **A inserção internacional do Golfo Pérsico: os casos saudita e iraniano**. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Vizentini).

THE WHITE HOUSE. (2018). **President Donald J. Trump is ending United States participation in an unacceptable Iran deal**. Disponível em: [<https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/president-donald-j-trump-ending-united-states-participation-unacceptable-iran-deal/>]. Acesso: 10/04/2023.

TRAUMANN, Andrew P. (2010). **A fúria de Ajax: 27 anos de Relações EUA-Irã (1953-1980)**. Revista Litteris, (4): 1-14.

U.S. CENSUS BUREAU – USCB. (2022). **Trade in goods with Iran**. Disponível em: [<https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5070.html#2002>]. Acesso: 01/07/2022.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. (2011). **National defense authorization act for fiscal year 2012**. Disponível em: [<https://www.congress.gov/112/plaws/publ81/PLAW-112publ81.pdf>]. Acesso: 10/04/2023.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. (2015). **Joint comprehensive plan of action**. Disponível em: [<https://2009-2017.state.gov/documents/organization/245317.pdf>]. Acesso: 10/04/2023.

UN SECURITY COUNCIL – UNSC. (2007). **Resolution 1747**. Disponível em: [<https://www.un.org/securitycouncil/s/res/1747-%282007%29>]. Acesso: 10/04/2023.

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTIONS – WITS. (2023). Disponível em: [<https://wits.worldbank.org/Default.aspx?lang=em>]. Acesso: 02/03/2023.

YANPENG, Zheng. (2015). **Nova rota ferroviária proposta de Urumqi para o Irã**. Disponível em: [https://www.chinadaily.com.cn/china/2015-11/21/content_22506412.htm]. Acesso: 10/04/2023.

YERGIN, Daniel. (2014). **A Busca: energia, segurança e reconstrução do mundo moderno**. São Paulo: Intrínseca.